

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ECONOMIA, TRIBUTAÇÃO, ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

DESTINADA A APRECIAR A AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA, REFERENTE AO 2º e 3º QUADRIMESTRE DE 2024.

EM: 15.04.2025

INÍCIO: 14h45min

PRESIDENTE: SR. EZEQUIEL NEIVA

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sob a proteção de Deus e em nome do povo rondoniense, aos 15 dias do mês de abril de 2025, às 14 horas e 45 minutos, declaro aberta a Audiência Pública para Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referente ao 2º e 3º Quadrimestre de 2024.

Com a presença apenas do Deputado Ezequiel Neiva, Presidente. Agradeço a presença do Senhor Secretário Luís Fernando, nesta reunião, a equipe técnica e da Contabilidade-Geral do Estado de Rondônia, Daniel Soler, Michael Lima e Douglas Tiegs, sejam muito bem-vindos.

Secretário, vou então passar logo para o senhor, para que faça uso da palavra referente à avaliação do cumprimento de Metas Fiscais do Governo do Estado de Rondônia, referente ao 2º e 3º Quadrimestre de 2024.

A referida documentação está em conformidade com a disposição contida no § 4º do art. 9º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e apta para discussão.

Bom era para nós estar discutindo as Metas Fiscais de 2025, ainda estamos em 2024.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - É o acompanhamento.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Acompanhamento. Poxa vida. Então Secretário, o senhor fique à vontade.

O senhor vai usar o telão? Por gentileza.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim. A apresentação já foi disponibilizada.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Já está com o Henry? Por favor, Henry.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Bom Deputado, a gente agradece pelo agendamento desta Audiência, desta apresentação. É uma obrigação legal, prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal e a gente tem a incumbência de apresentar o resultado das Metas Fiscais e a trajetória da dívida, mas é claro que é uma ocasião também para a gente falar no comportamento das finanças do Estado, que é algo que, sem dúvida, permeia diversas discussões nesta Casa, diversos temas passam pela questão da situação fiscal, da

situação financeira do Estado. Então, a gente aproveita para dar um panorama geral. Serei breve.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Inclusive agora o governo quer a questão do financiamento e a gente precisa ver como está a saúde financeira.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exatamente. Comentávamos, há pouco, agora com o Governador sobre isso. Sobre a capacidade, a condição do Estado de pleitear uma operação de crédito sem que isso coloque em risco a manutenção do equilíbrio fiscal do Estado.

Então, a gente vai passar aqui pelos resultados fiscais e demonstrar como é que foi o desempenho da receita, da despesa, as metas fiscais e da trajetória da dívida.

Então, vamos lá.

(Apresentação de slides)

O Desempenho da Receita, como a gente está apresentando o 2º e o 3º quadrimestres de 2024, se destaca as informações do 2º quadrimestre, porque é uma obrigação legal a gente registrar isso, mas sem dúvida o 3º quadrimestre, que é o resultado acumulado do ano, já é suficiente para a gente ter essa fotografia de como é que foi o desempenho das finanças do Estado em 2024.

Bom, comparando o ano de 2023 com 2024 nós tivemos Receita Total, aqui é a Receita Bruta Total do Estado, antes de deduções, qualquer coisa, a Receita Bruta Total do Estado

de 17 bi 947 (17.947.613.762,15) em 2023, foi para 20 bi 632 (20.632.988.665,42) em 2024. Um incremento de quase 15% (14,96%) uma diferença absoluta, em valores absolutos, de R\$ 2,6 bilhões (2.685.374.903,27) a mais de arrecadação total do Estado.

A gente vê o comportamento mês a mês e mostrando o incremento mensal que isso representou, que é, de fato, bem significativo. Podemos ir adiante.

Quando a gente compara essa receita com a da LOA (Lei Orçamentária Anual) aí o cenário já não é tão positivo, porque embora a gente tenha tido 14,96% de receita em 2024, maior do que em 2023; quando a gente compara com a própria LOA, de 2024, a gente ficou ligeiramente abaixo, 0,61% abaixo da LOA, que é um erro dentro de uma margem absolutamente aceitável.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Está dentro da margem porque se você for comparar aí deu R\$ 126 milhões de diferença.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato. R\$ 126 milhões de diferença.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Qual é a média que a Sefin calcula para cima e para baixo?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - O Tribunal de Contas permite uma margem de erro de 3%, na estimativa de receita.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Está excelente.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Então, 0,61% está, de fato, bem preciso, dentro do que se pode esperar em termos de precisão de estimativa que é feita com mais de um ano de antecedência, mas enfim, de fato, tivemos um desempenho que, comparando mês a mês, se percebe que houve meses em que a receita prevista na LOA era maior do que a de fato realizada, que está em laranja ali, o azul era o previsto, mas no final do ano praticamente empatou.

E a gente observa ali, por exemplo, no mês de setembro, outubro, novembro, que o previsto era maior do que o realizado, principalmente, por conta da crise hídrica de 2024, em que se perdeu a navegabilidade no rio Madeira, em função das secas, e isso deixou de entrar combustível nesse período. Teve até a interrupção de atividades ao ar livre, por conta da fumaça que aconteceu. Então, isso também reduziu a atividade econômica, mas, apesar disso, a gente fechou o ano dentro de um desempenho bem satisfatório. Adiante.

Aqui, comparando a Receita Bruta do Estado desde o ano de 2021, como é que isso evoluiu, a gente vê nessa linha roxa a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor). E a gente viu que ficou, na caixinha azul em cima, sempre bem acima do IPCA nesses anos. Então, a gente vem conseguindo um desempenho, um crescimento real de arrecadação acima da inflação em níveis bem significativos.

Em 2024, os 14,96% de crescimento da receita, significa 10 pontos, 10,2 pontos acima da inflação. Um crescimento real, portanto, de mais de 10%. Embora, quando comparado com a barra cinza, que é a LOA, tenha ficado ligeiramente abaixo.

Então, em 2024, a gente ouviu falar muito de contingenciamento de despesas, de "pé no freio", mas muito por conta dessa questão de que a LOA tinha uma expectativa de crescimento bastante significativa, e a gente ficou ligeiramente abaixo. Claro que aí, realmente, se recomendava alguma prudência no ritmo das despesas. Mas, enfim, fechamos o ano praticamente dentro do previsto.

As deduções das receitas, a Receita Bruta que nós estávamos apresentando, ela está sujeita a essas deduções da receita. A gente nem chama isso de despesa. É a parte da receita que já vai diretamente para algumas finalidades constitucionais. O repasse aos municípios de 25% do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços); 50% do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores); 20% da receita que vai para o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação).

Então, tudo isso já gera essas deduções da receita bruta do Estado nesses volumes que totalizaram R\$ 4,44 bi de deduções em 2024, representando um crescimento de 13,63% em relação a 2023.

Então, com isso, quando a gente deduz da receita bruta aqueles itens, ICMS, IPVA e Fundeb, a gente tem a Receita Líquida do Estado, que nesse período de 2021 a 2024 vem se comportando dessa forma, sempre acima da inflação, medida pelo IPCA, mas com um crescimento que chegou a 21,23%, lá em 2022; caiu para 6,50% e voltou a crescer para 15,33% em relação ao ano anterior, no ano de 2024. A Receita Líquida, portanto, foi de R\$ 16,20 bi ligeiramente abaixo dos R\$ 16,24 bi previstos na LOA. Crescimento nominal, portanto, de 15,33%, representando quase 10,5% acima da inflação.

E aí um outro conceito de receita, que é a Receita Corrente Líquida, que além daquelas deduções, também se deduz algumas receitas que a gente chama de intraorçamentárias, as contribuições patronais para a Previdência, algumas receitas de capital que seriam operações de crédito, algumas receitas para investimento, que se deduz daquela receita líquida.

E a gente chega nesse conceito de Receita Corrente Líquida, que é um conceito base, que a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) estabelece como base de cálculo para, por exemplo, limites de despesas com pessoal, para uma série de outros limites, a RCL (Receita Corrente Líquida) que é considerada. E a RCL, claro, se comportou de uma forma muito parecida com o conjunto das receitas, quando você faz esse recorte para deduzir esses outros itens, chega em um crescimento de 13%, ainda bem acima da inflação, representando R\$ 14,19 bilhões, em 2024.

Quando a gente também, um outro recorte, a gente olhando só a receita própria do Estado. As receitas são compostas pelas transferências que a União faz para os Estados e as receitas que o próprio Estado arrecada. Então, olhando agora só as receitas que o próprio Estado arrecada, a gente vê o comportamento desses quatro principais itens, o ICMS, que teve um crescimento de 20% do total das receitas, só o ICMS teve esse crescimento de R\$ 6,11 bi para R\$ 7,51 bi, de 2023 para 2024, embora o previsto da LOA fosse R\$ 7,86 bi.

Então, a gente previu um crescimento significativo de 24% aproximadamente do ICMS, ele cresceu ligeiramente abaixo e parte disso foi compensado pelo crescimento acima da LOA nos outros grandes grupos. O Imposto de Renda Retido na Fonte, isso é uma receita que já é a segunda maior receita do Estado, há alguns anos, há poucos anos o STF (Supremo Tribunal Federal) definiu que toda a retenção que o Estado

faz no pagamento a servidores, fornecedores, tudo isso gera receita para o Estado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Você está fazendo no cálculo de onde você vai reparar essa despesa com a isenção do Imposto de Renda, no próximo ano?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Então, parte disso, a gente já fez a conta de que: com o aumento da faixa de Isenção do Imposto de Renda para R\$ 5 mil, que está sendo votado provavelmente no próximo mês no Congresso Nacional, o Estado de Rondônia perde R\$ 93 milhões, porque deixará de fazer retenção na Folha dos servidores.

Então, isso é uma perda: R\$ 93 milhões. Parte dessa perda, vai ser compensada porque como...

O SR. EZEQUIEL NEIVA(Presidente) - A União vai compensar?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Não. Como haverá o aumento de 10% na alíquota para quem ganha acima de R\$ 600 mil por ano - R\$ 50 mil por mês - isso aumenta a base.

O SR. EZEQUIEL NEIVA(Presidente) - Ah, sim. Entendi.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Então, não há perda na arrecadação total. A gente perde retenção, mas a base, que é a base para a FPE (Fundo de Participação dos

Estados), o FPE a gente recebe. Então, parte disso está compensada. A gente ainda não tem o cálculo se haverá perda líquida, mas parte desses R\$ 93 milhões certamente virão via FPE.

E o IPVA, nossa terceira maior receita, também teve um desempenho um pouco abaixo, embora ainda acima da LOA, mas abaixo do ano anterior, por conta daquelas desonerações para motoristas de aplicativos e pessoa com deficiência. Essas isenções do IPVA reduziram de R\$ 2 milhões na receita anual - ainda assim, acima do previsto na LOA.

O ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa mortis e Doação), que é menorzinho, teve um desempenho dentro do previsto na LOA, com R\$ 4 milhões. Vamos adiante.

Olhando um outro aspecto, que é a Autonomia Fiscal do Estado - ou seja, a capacidade do Estado de gerar, com receitas próprias, o percentual do orçamento total - a gente tinha 50,64%, foi para 51,73%.

Essa autonomia do Estado é boa, porque isso garante maior capacidade de gerir as próprias receitas e de adequar as políticas fiscais e tributárias dentro da própria capacidade do Estado. Assim, ficamos menos dependente das mudanças nas políticas de arrecadação do governo federal.

Estamos crescendo nessa autonomia, chegando a 51,73% em 2024. A Receita Corrente Total do Estado - os R\$ 14,9 bilhões - subiu 13,39%, e a Receita Corrente Própria subiu 15,82%. Portanto, a nossa autonomia chegou nesse patamar. Adiante.

As Transferências - a outra parte das nossas receitas totais - são as Transferências Correntes, especialmente o FPE, mas também outros fundos, Fundo Nacional de Saúde, que vem para o Fundo Estadual de Saúde, Fundeb e outros itens que representam transferências. Eles tiveram esse incremento

da ordem de 8% em relação ao ano anterior, crescendo bem menos do que a receita própria. Isso mostra a importância de que a receita própria seja o nosso carro-chefe em termos de arrecadação. Ela ficou ligeiramente acima do previsto na LOA. Adiante.

O Repasse Duodecimal para os Poderes, que também é um dedutor da receita - mas também não é considerado despesa, é o percentual da receita que vai para os Poderes -, teve uma variação positiva de 14%, representando R\$ 2,5 bilhões repassado ao conjunto dos Poderes. No gráfico, está a distribuição disso por cada Poder. Adiante.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Muito dinheiro.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Bom, agora olhando as despesas especificamente tivemos - do ponto de vista da Despesa Empenhada - um crescimento de 15,02%. Saímos de R\$ 13,6 bilhões para R\$ 15,6 bilhões de despesa empenhada, em um ritmo ligeiramente acima dos 14,69% de crescimento da arrecadação.

Claro que isso é fruto também do uso de superávit de exercícios anteriores, e representou um crescimento de R\$ 2 bilhões no conjunto das despesas empenhadas no Estado de Rondônia.

O ritmo não é tão acima do ano anterior o tempo todo, porque a velocidade com que se empenha - o que muda de um ano para o outro - às vezes depende da questão da velocidade com que se aprova remanejamentos e adequações orçamentárias. Mas, enfim, a despesa cresceu até um pouco mais do que a receita. Próximo slide.

Falando da análise da despesa empenhada: 83,4% referem-se a despesas correntes - custeio, despesas obrigatórias, etc. Todo o conjunto de despesas correntes, que quando a gente tira as Intraorçamentárias, principalmente aquilo que é passado para a Previdência, temos 83,4% de despesas correntes; 7,2% dessas são despesas intraorçamentárias; e 9,4% são despesas de capital.

As despesas de capital se referem tanto a operações de crédito, obras do PAC, investimentos que vêm de convênios, emendas quanto a dívida fundada do Estado. Esses 9,4% representam, mais ou menos, os investimentos que o Estado está fazendo. Do total de empenho 9,4%, diz respeito a despesa de capital. Adiante.

Aqui, olhando para o conjunto das despesas, as Despesas de Pessoal cresceram 14,2%, que é um crescimento de 9,6% acima da inflação, o que significa recomposição salarial, principalmente impactou nesse desempenho.

Os Juros e Encargos da Dívida cresceram 3,9%; apenas Outras Despesas Correntes, 12,7%. Os Investimentos cresceram 8,5%. E a gente tem a Amortização da Dívida crescendo 22%. Quando a gente fala de dívida e refinanciamento, a gente está falando tanto de dívida contratual, quanto de precatórios. Então, esse crescimento diz respeito ao maior percentual da RCL, que passou a ser destinada a precatórios, além de acordos diretos. Enfim, isso tudo aumentou a velocidade com que a gente está pagando essa dívida. Adiante.

A Análise da Despesa Empenhada, comparando com o 3º quadrimestre de 2023 com o 3º quadrimestre de 2024, mostrando esse crescimento em cada um dos grupos de despesa. A Amortização da Dívida, aquele primeiro item, teve uma pequena redução. Mas, no conjunto, aquilo que foi para dívida contratual e precatórios, aumentou significativamente, como

mais ou menos reflete o slide anterior. É só um detalhamento. Podemos seguir.

Despesas com Pessoal. Especificamente em relação aos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, mostrando que o nosso limite de alerta, o ponto a partir do qual merece uma preocupação maior, aqui a gente está olhando especificamente as despesas do Executivo, mostrando que ele se encontra no patamar abaixo do limite de alerta. Isso representa atualmente 37,41%. Apesar daquele incremento de 14% nas despesas com pessoal, de 2024, em relação a 2023, ele ainda está abaixo do limite alerta, muito por conta do crescimento das receitas, que aumentam esse espaço.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Você está falando de 37,4%, isso?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Isso. Começou em 2020, com 37,57%; baixou para 36%, 39%, 38% e 37%. Então, ele está mais ou menos nesse patamar, perto dos 38%, 39% para um limite que seria de 44%. A partir de 44% que deveriam haver medidas de contenção dessas despesas. Então, a gente ainda tem alguma margem.

Então, apesar dos aumentos concedidos, a gente não comprometeu o limite de comprometimento das despesas com pessoal, em relação à receita. Adiante.

Em relação à aplicação dos mínimos constitucionais, em educação e saúde. Nós tivemos esse desempenho ficamos com a despesa em educação, nós tivemos um crescimento de R\$ 1.7 bi em 2020, para R\$ 3.15 bi, em 2024. Então, quase dobrou o gasto em educação nesse período, nesses cinco anos. A barra cinza mostra qual seria o mínimo constitucional, mostrando

que durante todo esse período se ficou acima dos 25% previstos na Constituição. Adiante.

Em relação à saúde, a gente saiu é de R\$ 0.9 bi (2020) para R\$ 1.7 (2024). Então, também praticamente, quase dobraram os gastos em saúde nesse período, chegando a 14%, em 2024, da RCL destinada à saúde.

Já finalizando, aqui vamos falar de Metas Fiscais, que é o objetivo. Com tudo isso, o resultado se reflete aqui nas nossas metas fiscais. As metas são estabelecidas anualmente. A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda faz o acompanhamento disso e toda a gestão orçamentária e financeira do Estado precisa alcançar esses resultados, esses objetivos aqui.

Então, a Receita Total, a meta de R\$ 16.24 bi, no 2º quadrimestre, na coluna do meio, porque é uma obrigação legal, mas o 3º quadrimestre mostra, no acumulado do ano de 2024. Então, a gente pode se atentar mais para essa terceira coluna. Então, os R\$ 16.24 era a meta, a gente ficou em R\$ 16.19 bilhões. O que é bem próximo, dentro daquela margem de erro admissível.

As Receitas Primárias, em que se excluem as receitas financeiras e o RPPS, a Previdência, a gente previa R\$ 13.86 bi, ficamos com R\$ 13.95 bi. Portanto, é um resultado alcançado também.

As Despesas Primárias, novamente excluindo despesas financeiras e aquilo que vai para a Previdência, ficou em R\$ 13.66 bi. Então, ficou abaixo dos R\$ 13.81 bi, que seria a meta. A gente está falando de despesas. Então é bom que fique abaixo. Considera-se um resultado alcançado também.

O Resultado Primário, portanto, que seria as Receitas Primárias menos Despesas Primárias, ou seja, aquilo que o

Estado arrecada e aquilo que ele gasta, excluindo a receita e o gasto financeiro, aquilo que é operacional, digamos assim, o resultado previsto eram R\$ 51 milhões, ao final, e ficamos com R\$ 287 milhões. Então, é um resultado bastante acima do previsto, portanto, significa que o Estado gastou menos do que arrecadou, o que é positivo.

A Dívida Consolidada Líquida, a meta era R\$ 703 milhões, a gente ficou com R\$ 190 milhões negativo. O que significa isso?

Dívida Consolidada Líquida é o total da dívida consolidada, que corresponde ao saldo, ao estoque da dívida, tanto da dívida contratual quanto de precatórios. Então, esse saldo devedor total do Estado, em termos de contratos e operações de créditos e de precatórios, menos as disponibilidades financeiras, a meta é que ficasse em R\$ 703,20 milhões.

Quando fica negativo, significa que as minhas disponibilidades financeiras foram maiores do que esse saldo, esse estoque. Então, o R\$ 190 milhões negativo significa que a gente teve um desempenho, uma performance acima da meta. A meta é que ainda ficasse R\$ 703 milhões de dívida e ficou R\$ 190 milhões negativo e fiquei sem dívida.

Quando eu olho a minha disponibilidade total de caixa em relação ao saldo de dívida. Não significa que a gente podia ter quitado toda a dívida, porque essa disponibilidade é comprometida com diversas outras funções.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Tudo bem. É que tem outras atividades para serem cumpridas.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato. Não é dinheiro livre, mas é dinheiro em caixa.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Eu ia falar, nós estamos pagando juros, para que estamos com dinheiro guardado?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Tem que quitar a conta?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - É podia ser.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Mas eu entendi.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Porque, de fato, isso tem um comprometimento com despesas empenhadas, com despesas constitucionais, enfim, tem diversas destinações para essa disponibilidade. Mas, o dado significa que você está devendo menos do que o que você tem em caixa. É isso.

E o Resultado Nominal, R\$ 33 milhões eram previstos e R\$ 860 milhões realizados. O resultado nominal se refere à variação do estoque da dívida, dessa dívida consolidada, do ano anterior em relação ao ano atual. Então, seria 2023 menos 2024. Se eu tenho um resultado negativo, significa que eu esperava aumentar o meu estoque de dívida. Como eu fiquei com um resultado positivo, significa que eu diminuí o meu

estoque de dívida. Justamente porque a gente acelerou. Lembra que cresceu 22% na amortização de dívidas? Então, o meu estoque diminuiu R\$ 860 milhões. Adiante.

E esse último bloco aí para falar da trajetória da dívida pública, que é justamente a análise que a gente precisa fazer para saber se o Estado tem condições de contratar uma nova operação de crédito.

O comprometimento da RCL com o Serviço da Dívida, ou seja, o que se paga de encargos, de juros e do principal, da amortização, esse serviço da dívida que se paga anualmente representou 2,10% do total das receitas em 2021, e isso vem caindo ao longo do tempo, representando 1,73% no 3º quadrimestre de 2024. Significa que a gente compromete menos de 2% da receita com o serviço da dívida.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Pela norma, nós podemos chegar a que porcentagem?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - 11,50%. A barrinha vermelha lá em cima.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Está certo. Temos uma boa margem, então. Esse financiamento que o governo está com previsão de encaminhar para cá agora, vai ficar em quanto? Tem uma noção já, mais ou menos? Vamos sair de 1,73% para?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Se a gente contratar o total do espaço fiscal, os R\$ 940 milhões, que

é a nossa possibilidade de contratar a operação de crédito, com o aval da União, você tem esse percentual do quanto isso aumentaria no serviço da dívida? Do prazo, depende do prazo da operação dos encargos.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Entendi.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Mas 0,6%. Ou seja, a gente sairia de 1,7% para alguma coisa em torno de 2,3%, 2,4%. Então, é ainda bem abaixo do limite.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - É ainda muito baixo, com certeza.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Muito baixo. Então, Rondônia tem total condição, tem total condição de fazer essa operação de crédito sem colocar em qualquer risco a sustentabilidade fiscal, o equilíbrio fiscal do Estado.

E aí, no gráfico de baixo, o crescimento percentual dos valores passados para pagamento de Precatórios. A gente passava 1,50% da RCL em 2021, hoje a gente passa 3,04% da RCL para precatórios. Isso porque existe um comando constitucional para que os precatórios sejam quitados até 2029, está lá no Art. 101, o ADCT, da Constituição.

Então, essa previsão de quitar até 2029, por isso a gente vem acelerando de acordo com um plano de liquidação de precatórios, aprovado junto ao Tribunal de Justiça. E por isso que esse repasse é o que permite quitar os precatórios dentro desse limite.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Dá pra perceber que a dívida dos precatórios é bem alta, porque nós estamos falando de 3% da Receita Corrente Líquida?

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim, são 3% da Receita Corrente Líquida. É mais do que se paga pela dívida contratual, serviço da dívida. Então, sem dúvida, é significativo, mas isso vem caindo. E a boa notícia é que o montante pago de precatórios é maior do que o ingresso de novos precatórios. Então, a gente está em uma trajetória de redução desse endividamento com precatórios.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Porque que todo ano chega.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - É, exatamente. Lembrando que a gente tem aquela condição de que o Poder Executivo assume os encargos totais dos precatórios de todo o Estado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - E tem uma Proposta de Emenda Constitucional minha, inclusive, que está com a liminar aqui no Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sei disso, deputado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Para que os Poderes assumam a sua responsabilidade com seus precatórios.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Exato. É uma discussão plausível para um futuro.

Vamos adiante.

Bom, Demonstração da Evolução da Dívida Pública. Aí a gente está segmentando, os precatórios representam quase 35% (34,73%) da dívida total e a dívida contratual 65% (65,27%) da dívida total. A relação da dívida consolidada, desse estoque de saldos devedores em relação à RCL, vem caindo ao longo do tempo, saindo de 48% (48,75%) da RCL em 2021 para 33,4% em 2024. E essa trajetória de redução, ela confirma que o Estado vem criando espaço para contrair operações de crédito sem qualquer risco ao equilíbrio fiscal.

O histórico da Dívida Consolidada Líquida, lembrando que, novamente, é o total dos saldos devedores menos as disponibilidades financeiras. Esse estoque chegou a 20% (20,43%) em 2020 e praticamente zerou (0,01%) no 2º quadrimestre e ficou abaixo de zero (-1,34%) no 3º quadrimestre de 2024. Significa, novamente, que eu tenho mais disponibilidade do que saldo de dívidas, e o limite que a LRF estabelece para isso é até 200% da RCL.

Então, os Estados podem dever até duas vezes a sua Receita Corrente Líquida, no total, no estoque, no saldo devedor total, pode chegar a 200%. Acima disso, a LRF prevê algumas medidas saneadoras. E, por incrível que pareça, há Estados que devem mais do que 200%.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Rio de Janeiro, por exemplo.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Rio de Janeiro, Minas, Rio Grande do Sul.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Espírito Santo também estava devendo.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Espírito Santo acho que não, Espírito Santo estava bem. São Paulo chega perto, mas não ultrapassa. Enfim, a gente tem realmente uma situação de baixíssimo endividamento. O Estado de Rondônia tem sido muito conservador na questão de operação de crédito, e isso se reflete nesses números. Adiante.

Aí comparando, a gente estava falando dos demais Estados aqui, comparando na região Norte a nossa relação de Dívida Corrente Líquida com Receita Corrente Líquida, esse 1,34%, nos dá a segunda posição na região Norte. O Amazonas tem ainda uma relação um pouco melhor do que a nossa. E no Brasil, a gente vê que têm alguns Estados com situação grave, não é? Mas ninguém está acima de... Ah, tem ali o Rio de Janeiro com 211% (211,23), os demais estão abaixo de 200%.

Enfim, então é uma situação de baixíssimo endividamento, o que nos coloca em uma condição muito favorável para operar. E não por outra razão, temos sido muito procurados pelos bancos oferecendo crédito em condições vantajosas, justamente porque Rondônia é um bom pagador, é um Estado com um bom selo de capacidade de pagamento, que é o que tratamos no próximo slide.

A CAPAG, nossa Capacidade de Pagamento, que é avaliada pela Secretaria do Tesouro Nacional com base nesses três critérios: poupança corrente, endividamento e liquidez, a gente alcançou o nível "A" em 2020, com base no balanço de 2019. E há cinco anos a gente vem alcançando essa condição, esse selo de bom pagador, que é a nota "A", a partir de 2023, "A+", porque o "+" significa também que, além de solidez fiscal, você tem boa qualidade das informações contábeis.

Então, a gente deve ser "A+" também na avaliação de 2024, que a gente apurou aqui, mas que só é publicada, confirmada pela STN (Secretaria do Tesouro Nacional), por volta do mês de agosto, aproximadamente.

Então, olhando este item, a gente vê que a nossa poupança corrente vem se mantendo na casa dos 85% a 88%. O nosso endividamento vem caindo ano a ano e a liquidez, a relação entre Receita Corrente, Despesa Corrente, a nossa liquidez em relação à capacidade de pagar a dívida de liquidez relativa, depois se quiser explorar melhor esse conceito, você pode explorar, que agora não me lembro. Mas, ela vem em uma trajetória positiva, a gente vem numa crescente desde 2022. Portanto, a gente tem total condição permanecer com uma trajetória equilibrada da nossa Dívida Pública, o que permite que o Estado, nos próximos governos continue, com o cenário muito positivo.

Então, isso projeta uma situação futura muito positiva para o Estado de Rondônia e uma situação presente de grande capacidade para contrair dívidas sem gerar desequilíbrio.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Maravilha.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - E acho que agora, por fim, este é o último slide: o Espaço Fiscal, que é o limite até o qual a União garante avaliar as dívidas - ou operações de crédito - contraídas pelo Estado de Rondônia.

O mercado olha isso como um selo de qualidade da gestão fiscal, porque demonstra, através daqueles três indicadores (liquidez, endividamento e poupança), que o Estado tem condições reais de operar com segurança. Esse é o limite até o qual o Estado pode contrair operações.

Em 2025 esse valor, - 2024/2025 - representou uma redução por mudança da metodologia de cálculo da STN, que se tornou mais restritiva nesse período. Ela limitou mais os Estados a contrair operação de crédito, para não comprometer o caixa da União, porque alguns Estados que não honraram suas dívidas obrigaram a União a pagar.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - A União tem que pagar, porque é a principal avalista dessas operações.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim, sim. Com o aval da União, você consegue contratar com encargos menores - menores do que as empresas contratam. Quando é sem aval da União, os encargos ficam bem mais caros. Então, a União teve que avaliar, mudou a metodologia, se tornou mais restritiva. Por isso, o valor diminuiu - não por nenhuma deterioração da nossa capacidade de pagamento, mas, porque houve, de fato, uma mudança de critérios.

Já para 2026, os critérios voltarão a estar mais flexíveis, e o nosso próprio crescimento de receita projeta um aumento desse espaço fiscal: de R\$ 941 milhões para R\$ 1,065 bilhão.

O que o Governo do Estado está pleiteando é a contratação de operação de crédito dentro desse valor. Aliás, o que está ali R\$ 985 milhões, pois já entrou no ano passado a lei autorizativa, o Projeto de Lei Autorizativo para contratar operação de crédito.

E esse projeto está na Casa atualmente - não sei se nesta Comissão ou se na Comissão de Constituição e Justiça - mas, enfim, está lá para R\$ 985 milhões.

Eu só queria destacar isso: ainda que a Assembleia autorize R\$ 985 milhões - "Ah, mas eu vou autorizar acima do espaço?" -, isso não significa que o Estado vai contratar dentro dos R\$ 985 milhões. Ele até poderia, só que não teria aval da União.

O Estado vai ficar dentro daquilo que é permitido: esse ano R\$ 941 milhões; no ano que vem R\$ 1.065 bi. Se o Estado contrata R\$ 400 milhões este ano, no ano que vem teria R\$ 585 milhões para contratar, dentro do espaço fiscal. Portanto, a lei autorizativa não significa que o Estado vai usar todo esse limite.

É isso, deputado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Secretário, vou perguntar um negócio. Nós tivemos uma evolução de quase 14%, 15%. A Secretaria, vocês conseguem apurar isso? Porque de serviço nosso, é muito pouco. O Imposto sobre Serviço é muito pouco.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Alguns serviços são tributados pelo ICMS - poucos, energia elétrica, telecomunicações. A maior parte dos serviços é tributada

pelo ISS. Com a reforma tributária, isso passa ser uma base só, mas neste momento...

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sim, mas isso é depois. Ainda não está valendo.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Não. Só a partir de 2029 que começa, o período mesmo de implantação.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Então, hoje, você falou ali que nós estamos com praticamente 51% da receita é receita própria.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim, 51% da receita total vem de impostos próprios.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Com a evolução da receita, se continuarmos nesse patamar de 10%, 14% ao ano, daqui uns oito anos nós já dobramos novamente a nossa arrecadação.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Eu espero que sim. Claro que isso envolve bastante esforço e é muito em função do crescimento da própria economia.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Sim. E como é que está nosso espaço de crescimento, principalmente, nós temos uma situação crescente que é o agronegócio.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - E ele acaba gerando uma receita muito boa. Porque, para o agro acontecer, se queima muito combustível.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - E nós temos uma receita considerável com o diesel.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - A receita de combustíveis está crescendo, mas a uma taxa um pouco menor, porque o valor cobrado de semestre - sobre gasolina e diesel - hoje é fixo em Reais por litro: R\$ 1,47 para gasolina, R\$ 1,12 para o diesel. Esse crescimento do consumo, claro que ele aumenta a arrecadação. Mas, as oscilações de preço nos postos não aumentam arrecadação, porque ele não está vinculado, só uma vez por ano que isso é corrigido.

De qualquer forma, sem dúvida, o aumento, o crescimento econômico é o grande impulsionador do crescimento de arrecadação.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Perfeitamente.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - E a gente tem um cenário preocupante para 2025, por conta do aumento da taxa Selic, que hoje está 14,25%.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Eu vi que foi um pouco mais conservador. As pessoas até estão subestimando o crescimento para 2025, mas acho que é um pouco mais de cautela mesmo.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Sim. Em 2024, houve uma estimativa de crescimento muito grande por conta do aumento da alíquota modal do ICMS, de 17,5% para 19,5%. Isso permitiu projetar um crescimento acima da média. Este ano não tem.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Nós vamos considerar que esse ano a gente não vai ter seca no rio, porque choveu bastante. Nós vamos ter o rio navegável por mais tempo e esperamos que, neste ano, não teremos o problema das queimadas também, que vai diminuir a atividade econômica do Estado.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - O perigo, esse ano, é de fato uma redução da atividade econômica no Brasil por conta do aumento da taxa básica de juros para conter inflação. Por outro lado, a guerra tarifária, a guerra comercial no mundo, talvez gera oportunidades interessantes, aumente atividade do agronegócio, que é positivo pela cadeia

de insumos que o agro necessita para produzir. Isso reflete positivamente na economia.

Então, sem dúvida, há muitas variáveis em jogo.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Vamos torcer que melhore.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Previmos um crescimento de 6,8%.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Eu vi e alguns órgãos de controle, "ah, estão subestimando a receita." Eu falei "não, não está não. Está bom assim."

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Para um ano com incertezas grandes é bom ser prudente.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Mas, vamos torcer que chegue a 15% novamente, que o Estado cresça.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Vamos nos esforçar para isso.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - Secretário, o nosso tempo está se esgotando, porque vai começar a Sessão Ordinária agora. Agradeço a presença dos meninos, a gente

quase nem perguntou, os colegas não puderam vir. Mas, obrigado.

Esse ano, a gente não vai deixar para o ano que vem, não. Não vamos deixar acumular, não. A gente vai fazer no tempo certo. Agradeço a presença do senhor, dos meninos da parte técnica.

O SR. LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA - Muito obrigado, deputado.

O SR. EZEQUIEL NEIVA (Presidente) - E a gente vai encerrar essa reunião, porque nós já estamos invadindo o espaço, conforme o Regimento, lá para Sessão Ordinária.

E, nada mais havendo a tratar, está encerrada a Audiência Pública.

Muito obrigado.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 15 horas e 25 minutos)